

**ATA**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Presidente da Câmara - Agradeceu a compreensão de todos os Vereadores para a alteração do dia desta reunião que, no calendário, estava prevista para o passado dia 8 de novembro. ---

2 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – Disse, a propósito da vinda a Portugal, no dia de hoje, da Chanceler alemã Angela Merkel, que trajava de luto em protesto pela forma como aquela governante condiciona o desenvolvimento de Portugal. Lamentou a subserviência dos governantes em relação à Chanceler, dizendo que era importante recordar que Angela Merkel vem dizer que para Portugal estar na Europa tem de ser um País pobre. -----

3 – Vereador Amadeu Portilha – a) – informou que o estatuto de Guimarães 2013 Cidade Europeia do Desporto foi formalizado no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no passado dia 7 de novembro, tendo recebido das mãos do Presidente da Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES Europe), Gian

Francesco Lupattelli, a bandeira oficial do evento, que agora se encontra hasteada no Município. Aproveitou, ainda, para agradecer todo o apoio concedido pelo eurodeputado José Manuel Fernandes;
b) – Endereçou o convite aos Vereadores para participarem na jornada de reflexão sobre o futuro do Turismo em Guimarães, a realizar no próximo dia 26 de novembro, na Plataforma das Artes e da Criatividade. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara informou sobre a visita a Maribor, na Eslovénia, no âmbito da Semana de Guimarães naquela cidade Capital Europeia da Cultura 2012. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 106 a 121 que comunicam a aprovação, em reunião realizada em 12 de outubro de 2012, das seguintes proposta: **a)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Compromisso Plurianual - Autorização Prévia da Assembleia Municipal - Aquisição de "Eutasil" para Canídeos"; **b)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Compromisso Plurianual - Autorização prévia da Assembleia Municipal - Contratação de Serviços de Medicina no Trabalho"; **c)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Alteração do Contrato de Prestação de Serviço de Vigilância nas Instalações e Equipamentos do Município de Guimarães - Centro de Ciência Viva"; **d)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Repartição de Encargos - Serviços de Desratização e Desinfestação no Concelho de Guimarães"; **e)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Alterações ao Concurso Público para a Prestação de Serviço de Transporte de Alunos - Ano Letivo 2012/2013"; **f)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Ajuste Direto n.º 21/12 - Fornecimento de Refeições em 5 Refeitórios



Escolares"; **g)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Alteração aos Contratos Celebrados com a JCDecaux"; **h)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer Prévio - Contrato de Manutenção das Aplicações NETMUNICÍPIO, utilizada no Município de Guimarães - Repartição de Encargos"; **i)** - "Património - Aquisição Amigável de 4 Parcelas de Terreno necessárias à construção da denominada "Cidade Desportiva" - Candoso S. Tiago"; **j)** - "Recursos Humanos - Novo Estatuto de Pessoal Dirigente - Despesas de Representação"; **k)** - "Associação de Municípios do Vale do Ave - Aprovação de Documentos - Processo de Regularização das Obrigações que a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) mantém com a ex-concessionária "SUMA, S.A."; **l)** - "Revisão Orçamental"; **m)** - "Transferência Mensal de Verba para a Contratação de Docentes da AFD - Protocolo com a Cooperativa Tempo Livre no âmbito do Programa AEC - Ano Letivo 2012/2013"; **n)** - "Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos"; **o)** - "Regulamento Municipal da Limpeza Pública de Guimarães"; **p)** - "Residência para Artistas - Oliveira do Castelo - Repartição de Encargos"; **2** - Da seguinte informação dos Serviços de Educação: "Atualização do valor das verbas a transferir a Entidades para encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário - Ano civil de 2012. - Acordo de Cooperação da Educação Pré - Escolar - Como é do conhecimento superior, nos termos do ponto 3 da Cláusula 5ª do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, o valor das verbas a transferir às Entidades que estão assumir os encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário são objecto de acertos financeiros trimestrais, tendo por base o número de crianças que efetivamente beneficiam deste tipo de apoio. Assim, e com base no número de crianças que, no mês de

julho, frequentaram as atividades de animação e de apoio à família, propomos que, no mês de novembro, se proceda à atualização do valor das verbas atribuídas às Entidades, conforme discriminado nos mapas em anexo. Mais se propõe que o assunto seja presente a Reunião de Câmara, para conhecimento das respetivas alterações. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **3** – Do ofício da VITRUS Ambiente EM, SA, remetendo, para conhecimento, a Análise Económica e Financeira referente ao 1.º Semestre de 2012, aprovada em reunião do Conselho de Administração do dia 10 de outubro do corrente ano, em cumprimento do disposto dos Estatutos da VITRUS e do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **4** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2012, que adjudicou os lotes 1 e 2 da prestação de serviços de transporte de alunos para o ano letivo 2012/2013 ao concorrente "Transcovia – Transportes Colectivos de Viana do Castelo, SA", pelo preço contratual de €258.983,10, acrescido de IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2012. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDAR – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO EM 21 DE JUNHO DE 2012 –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A



Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião celebrada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gondar, a execução da obra designada "Pavimentação e reconstrução de passeios na Urbanização de Brandeão", bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €17.284,19. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Gondar informou não ser possível a conclusão da obra acima identificada até ao final do ano de 2012, pelo que solicita o seu adiamento para 2013. Nesta conformidade, proponho à consideração do executivo camarário que a conclusão da obra de "Pavimentação e reconstrução de passeios na Urbanização de Brandeão" transite para o ano de 2013, bem como a verba de €17.284,19, necessária à execução da obra. Assim, a Cláusula 3.ª do Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 21 de junho de 2012, passará a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a **JUNTA** compromete-se a executar as obras até ao final do ano de 2013".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012 -

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Ronfe a execução das seguintes obras: Alargamento com construção de muro e terraplenagem da rua Alberto Sampaio; alargamento e terraplenagem da rua Alto de Suzende; alargamento com construção de muros, terraplanagem e demais obras de arte na rua de Mesão Frio, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de

€29.238,19. Em setembro de 2012, a Junta de Freguesia de Ronfe informou esta Câmara Municipal que, para além das obras acima identificadas, pretendia ainda executar obras na rua Rosinha da Igreja, nomeadamente a pavimentação, alargamento, colocação de portões, construção de passeios e demais obras de arte, pelo que em 18 de outubro de 2012, foi aprovado o primeiro aditamento àquele protocolo, nomeadamente quanto ao seu objeto, passando a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Ronfe para a execução das obras de alargamento com construção de muro e terraplenagem da rua Alberto Sampaio; alargamento e terraplenagem da rua Alto de Suzende; alargamento com construção de muros, terraplanagem e demais obras de arte na rua de Mesão Frio; pavimentação, alargamento, colocação de portões, construção de passeios e demais obras de arte na rua Rosinha da Igreja." Nesta sequência, a junta de freguesia de Ronfe apresentou um novo pedido de alteração no dia 17 de outubro, propondo a execução da obra de alargamento e pavimentação da Rua José de Oliveira Pinto no acesso ao rio, em substituição da obra na rua de Mesão Frio. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se assim a 1ª cláusula que passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Ronfe para a execução das obras de alargamento com construção de muro e terraplenagem da rua Alberto Sampaio; alargamento e terraplenagem da rua Alto de Suzende; pavimentação, alargamento, colocação de portões, construção de passeios e demais obras de arte na rua Rosinha da Igreja;



alargamento e pavimentação da Rua José de Oliveira Pinto no acesso ao rio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião celebrada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gonça, a execução da obra designada “Requalificação da zona envolvente da Sede da Junta de Freguesia – 1ª Fase”, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €17.600,60. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Gonça informou não ser possível a conclusão da obra acima identificada até ao final do ano de 2012, pelo que solicita o seu adiamento para 2013. Nesta conformidade, proponho à consideração do executivo camarário que a conclusão da obra de “Requalificação da zona envolvente da Sede da Junta de Freguesia – 1ª Fase” transite para o ano de 2013, bem como a verba de €17.600,60, necessária à execução da obra. Assim, a Cláusula 3.ª do Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 21 de junho de 2012, passará a ter a seguinte redação: “Para realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a **JUNTA** compromete-se a executar as obras até ao final do ano de 2013”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----- FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012** - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de

Freguesia de Abação a execução da obra de pavimentação das ruas da Portela e da Vila da Ana, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de €17.837,68. Em outubro de 2012, a Junta de Freguesia de Abação solicitou a esta Câmara Municipal a alteração das obras a executar, pretendendo agora, em substituição da obra de pavimentação das ruas da Portela e da Vila da Ana, executar as seguintes obras: pavimentação da Travessa do Cruzeiro e da Travessa do Paraíso; e ainda a reparação das ruas Vila Ana (muro e colocação de cubo), José Peixoto, Casas Novas, e do Calvário. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se assim a 1ª cláusula que passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Abação para a execução das obras de Pavimentação da Travessa do Cruzeiro, Pavimentação da Travessa do Paraíso, Reparação da Rua de Vila Ana (muro e recolocação de cubo), Reparação da Rua José Peixoto, Reparação da Rua das Casas Novas, e reparação da Rua do Calvário". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS – RECOLHA DE RESÍDUOS DE CERA PRODUZIDOS NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS, MINUTA DE

PROTOSCOLO – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: "Recebemos da firma IMPORPOL, sedeadada em Briteiros St. Estevão, um pedido de parceria para a recolha seletiva das velas que são colocadas a arder nos cemitérios municipais, dado que necessita desta matéria-prima para a produção de bens que constitui a sua atividade. Assim, e considerando que é de todo o interesse para o Município, a recolha



seletiva das velas dos cemitérios dado que estão a ser recolhidos pelos funcionários da autarquia e depois encaminhados juntamente com os restantes resíduos para a RESINORTE, o que implica custos com o tratamento e com a taxa de gestão e resíduos, solicitámos uma análise jurídica à Divisão Administrativa, da possibilidade da realização desta parceria. Foi-nos remetido pela Divisão Administrativa o parecer que se anexa, onde refere que deverá ser celebrado um Protocolo no âmbito do artigo 67º da Lei 169/99, devendo o seu conteúdo ser aprovado em reunião do executivo. Assim e considerando: que a RESINORTE não tem interesse em efetuar a gestão/reutilização destes resíduos, dado que, entre os municípios pertencente à RESINORTE só o Município de Guimarães manifestou interesse em reaproveitar estes resíduos; que a empresa se propõe a colocar vários contentores de 2 rodas entre 50 a 100 litros distribuídos pelos cemitérios, devidamente identificados; que a empresa se propõe fazer este serviço a suas expensas, mediante a disponibilização dos equipamentos e da mão de obra necessárias para o efeito; que a empresa se propõe apoiar a comunidade, através de uma instituição de solidariedade social a indicar pelo município, oferecendo €50,00 em bens alimentares por cada tonelada de resíduos recolhida; que o município não terá qualquer custo com esta atividade; que após a separação da cera os resíduos da vela (plástico) serão encaminhados para a RESINORTE para valorização. Neste contexto deixo à consideração superior a autorização para a celebração do presente protocolo dado o período do dia 1 de novembro, data em que a produção destes resíduos aumenta substancialmente, e já poderiam ser reaproveitados e excluídos do sistema municipal de gestão de resíduos e posterior envio para ratificação pela Câmara Municipal”.

A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

– Presente uma informação da Chefe da Divisão Administrativa respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se anexa. A referida informação, bem como os documentos anexos, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os Portugueses estão a sofrer na pele os desvarios da governação socialista do Primeiro-Ministro José Sócrates de má memória e que fruto da sua teimosia levou o País para um beco sem saída e que obrigou a um pedido de intervenção de assistência financeira externa. Estamos obrigados a cumprir um plano de resgate que não negociamos mas que por imperativos nacionais também subscrevemos. O pedido de resgate chama todos os portugueses à prestação de contributos difíceis e pesados com uma carga fiscal significativa para os cidadãos, para as famílias e para as empresas. O Orçamento que está em discussão na Assembleia da República perspectiva um ano de 2013 muito difícil para que Portugal possa voltar a ser dono do seu



destino num futuro próximo. Assistimos a uma necessidade de reestruturar ou refundar o Estado perante um compromisso de redução estrutural da despesa em 4,5 mil milhões de euros. Esta é a realidade do nosso País e quando confrontado com a crise temos ouvido os responsáveis socialistas, o Dr. Domingos Bragança dizer que o Município de Guimarães tem uma situação financeira invejável e que estamos longe de esgotar a nossa capacidade de endividamento. Se esta argumentação é verdadeira este é o momento certo do Município de Guimarães demonstrar compreensão pela situação muito difícil das pessoas e das empresas vimaranenses e para o ano de 2013 não agravar nenhuma das taxas ou licenças municipais. Mas infelizmente já há mais de duas décadas que os Socialistas só sabem governar com muito dinheiro. Os vimaranenses têm pago ano após ano mais impostos que se traduzem em aumentos crescentes das receitas municipais. É tempo de dizer basta e desafiar o Município a reduzir as despesas não essenciais e libertar um pouco a carga fiscal aplicada aos vimaranenses". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de alterações ao Regulamento Municipal de taxas e outras receitas municipais e encargos nas operações urbanísticas, por considerarmos ser a proposta apresentada a única forma de garantir ao Município as necessárias condições de sustentabilidade financeira, capaz de permitir uma gestão municipal que continue a assegurar a prestação de boas práticas de serviços urbanos que elevaram Guimarães a um Município referência no País e na Europa, e que têm merecido o apoio dos vimaranenses em sucessivos atos

eleitorais. A proposta apresentada representa apenas uma atualização dos valores praticados nos anos anteriores, sem qualquer agravamento, e não ignora as crescentes dificuldades dos munícipes. Não existe porém qualquer margem de manobra para proceder a reduções significativas, como demagogicamente pede a oposição, numa postura populista e não condizente com quem se afirma com aspirações a ser poder. A boa prestação no exercício das competências municipais só pode ser responsabilmente sustentada nos valores propostos". -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE GUIMARÃES - Presente a seguinte informação

da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: "A Câmara Municipal de Guimarães aprovou, em sua reunião do dia 19 de julho de 2012, o projeto do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos. Este regulamento foi sujeito a discussão pública através de edital publicado em 23 de julho, onde era concedido um prazo de 30 dias para os interessados apresentarem sugestões ou reclamações. Neste período, apenas a Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR, I.P.) emitiu parecer, que se anexa, sugerindo que a Câmara Municipal atendesse a incluir as sugestões constantes desse documento. Os serviços analisaram as sugestões apresentadas, tendo sido incluídas, no regulamento que se submete agora para a aprovação, a maior parte dessas recomendações. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, e na alínea b), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, do disposto no artigo 62º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26



de Julho, e do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, todos na redação atual, submete-se à consideração superior o envio para aprovação, pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, do projeto de Regulamento do Serviço de Gestão de Guimarães, que se junta em anexo como doc. 1 e respetivos anexos". O Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e respetivos anexos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – RECOLHA E INCINERAÇÃO DE CADÁVERES DE CANÍDEOS E FELÍDEOS –

Presente a seguinte informação: "**1. Objeto:** O objeto do contrato de prestação de serviços é a recolha de cadáveres de canídeos e felídeos para incineração, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Setembro e o Regulamento 1774/2002 CE. **2. Considerandos:** Que o art.º12 do decreto-lei 314/2003 comete incineração à Câmara a obrigação de recolha e destruição de cadáveres de canídeos/felídeos nos termos previstos no Regulamento 1774/2002 CE. Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requererem conhecimentos, formação especializados e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para a incineração, de que a Câmara Municipal não dispõe. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma empresa. Trata-se, pois, da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração

superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de recolha de cadáveres, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003 de 17 de Setembro e Regulamento 1774/2002 CE entre o período de 1 de Agosto de 2012 e 31 de Dezembro de 2012 pela empresa Ambimed. b) A despesa estima-se em €4.704,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.25. correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, no regime simplificado, conforme art.º 128.º do Código dos Contratos Públicos, com convite à empresa Ambimed, pelas razões supra expostas. e) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo, porque foi calculada a média de 5.600kg a 0,84euros, cada quilo, que importava em €4.704,00. Aplicada a redução remuneratória de 10%, o valor contratado será de €4.297,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA O FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL – 1.600.000 LITROS - Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Decorrente do abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas, há necessidade de promover a abertura de procedimento, concurso público com publicidade internacional, para o fornecimento de



1.600.000 litros de gasóleo rodoviário a granel. Como tal, e considerando o preceituado no artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativa aos compromissos plurianuais, há necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal. Assim, submete-se à aprovação a autorização para a assunção de compromisso plurianual com a abertura de um concurso público para o fornecimento de gasóleo rodoviário a granel – 1.600.000 litros, num valor estimado de €2.480.000,00. Mais se informa que o fornecimento deverá decorrer de acordo com a seguinte tabela de repartição: -----

ANO	PERÍODO	QUANTIDADE (l)	VALOR ESTIMADO (€)
2013	Julho a Dezembro	320.000	460.000,00
2014	Janeiro a Dezembro	640.000	980.000,00
2015	Janeiro a Dezembro	640.000	1.040.000,00
TOTAL		1.600.000	2.480.000,00

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta.-----

PATRIMÓNIO – COOPERATIVA FRATERNA - CONTRATO DE COMODATO LOJAS 7, 8, 9 E 10 - URBANIZAÇÃO DA ATOUGUIA – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “Nos termos do Projeto @s – arca social, desenvolvido no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social, coordenado pela Fraterna, vem esta Cooperativa solicitar a cedência das lojas n.º 7, 8, 9 e 10, sitas na Urbanização da Atouguia, da freguesia de S. Paio, desta cidade, para instalação de salas de atividades necessárias ao desenvolvimento do projeto supra identificado. Com a execução daquele projeto propõe-se promover um programa de desenvolvimento social integrado,

visando a implementação de respostas e metodologias para promover a inclusão da população socialmente vulnerável, bem como a qualificação dos seus agentes de intervenção. As lojas acima referidas são propriedade do Município, no entanto encontram-se ocupadas pelas seguintes instituições: **LOJAS 7, 8 e 9: SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE GUIMARÃES**: em reunião de Câmara de 22.04.1999, o Município deliberou ceder gratuitamente o direito de superfície àquela sociedade, por um período de 30 anos, para instalação da sua sede social. As lojas n.ºs 7, 8 e 9 encontram-se descritas na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 115/S. Paio, e inscritas na respetiva matriz predial urbana sob os artigos 927-G, 927-H e 927-I, respetivamente. **Loja 10: ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GUIMARÃES E VALE DO AVE**: em reunião de Câmara de 11.05.2000, o Município deliberou ceder gratuitamente o direito de superfície àquela associação, por um período de 30 anos, para instalação da sua sede. O prédio encontra-se descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 115/S. Paio, e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 927-J. A Associação Columbófila de Guimarães está na disposição de mudar as suas instalações para um outro espaço municipal que a autarquia entenda como conveniente, e, por outro lado, a Associação de Surdos concordou em partilhar uma ou mais salas com a Fraterna. Mediante declarações prestadas por ambas as instituições, verifica-se que estão na disposição de revogar o direito de superfície dos prédios enunciados. Assim, ficando os prédios acima identificados livres e desimpedidos, e caso seja este o interesse da autarquia, os indicados imóveis poderão ser cedidos em regime de comodato, a título gratuito, à Fraterna, pelo período necessário ao desenvolvimento do Projeto @s – arca social, com



término em 09.05.2014. Em caso de aceitação superior, deverá ser submetida a aprovação do órgão executivo a renúncia dos direitos de superfície inerentes aos prédios referidos, ficando, a partir desta data, revogadas as deliberações tomadas em 22.04.1999 e 11.05.2000. Em simultâneo, deverá submeter-se a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, a cedência dos imóveis acima identificados, à Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes, tendo a Fraterna consentido com o teor da minuta”. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se ter considerado impedido, uma vez que ocupa o cargo de Presidente da respetiva Direção.** -----

PATRIMÓNIO – INSTITUTO DESIGN - COMODATO - IDEGUI
- Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “A Assembleia Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2011, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 7 de dezembro de 2011, aprovando a constituição da associação **IDEGUI – Instituto de Design de Guimarães – Associação para a Regeneração Económica**, tendo sido devidamente constituída em 9 de março de 2012. O Instituto de Design pretendeu constituir-se como parceiro de relevo na modernização e competitividade do nosso tecido produtivo ao gerar plataformas de

colaboração entre criadores e fabricantes de que resultem produtos diferenciados e com alto valor acrescentado. De acordo com os estatutos aprovados, a IDEGUI tem como objetivo promover e apoiar a promoção de ações na área do design, constituindo uma estrutura dinâmica e criativa, visando o aumento da competitividade das empresas, sobretudo através da incorporação do design. Aquela associação, nos termos dos referidos estatutos, durará por tempo indeterminado e tem sede na Rua da Ramada, desta cidade, podendo mudá-la para qualquer outro lugar do concelho de Guimarães, por deliberação da Assembleia Geral. A IDEGUI caracteriza-se por ser uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, tendo como um dos sócios o Município de Guimarães. Ora, conforme disposto no n.º 1, do artigo 5º dos Estatutos da Associação, compete ao Município de Guimarães disponibilizar, sem contrapartida pecuniária, ao Instituto o conjunto edificado destinado à sua instalação e sede, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 107/ S. Sebastião e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 901º, obrigação que só cessará desde que a Assembleia Geral delibere a mudança de sede social ou a dissolução da associação. Assim, tornando-se necessária a formalização da cedência do identificado imóvel à IDEGUI, deverá ser cedido em regime de comodato o prédio acima descrito, por um período de 20 anos, conforme despacho do Vereador Dr. Domingos Bragança, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes, tendo tal minuta obtido concordância por parte da IDEGUI. Em caso de aceitação superior, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro,



alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, a cedência do imóvel acima identificado, à IDEGUI – Instituto de Design de Guimarães – Associação para a Regeneração Económica”. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Domingos Bragança não participou na discussão e na votação da proposta por se ter considerado impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Associação.-----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA 8-2012 - VENDA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA, METAIS FERROSOS E VIATURAS DO MUNICÍPIO

- Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “Na sequência das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas, e após tramitação de todo o processo administrativo legal, efectuada por aqueles serviços, foi solicitada a venda de 13 veículos abandonados na via pública e outros, destinados à destruição e desmantelamento qualificado, bem como a venda metais ferrosos e alumínio. É ainda proposta a venda de 9 viaturas e equipamentos do Município que já não oferecem condições de segurança para circulação na via pública, e que decorrentes do seu estado de conservação não justificam o dispêndio de recursos financeiros na sua reparação. Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, dos bens, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da Internet do Município, de acesso público”. O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

– Presente uma proposta de Reestruturação Orgânica dos Serviços do Município, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A proposta de reestruturação orgânica dos serviços do Município tem que ser forçosamente revista por forçada entrada em vigor do novo estatuto do pessoal dirigente da administração local, que entrou em vigor em Setembro último. E tendo em consideração aquelas que são as exigências impostas pelo novo diploma legal, a proposta que nos é presente cumpre com aquilo que são as exigências legais, e apresenta, nesse sentido, uma proposta de reestruturação por um lado adequada às exigências legais, e por outro, equilibrada tendo em conta a primitiva estrutura orgânica em vigor desde 01.01.2011. Nessa conformidade, a proposta que nos é submetida apresenta-se em ampla conformidade legal, e com uma dimensão funcional adequada à primitiva organização. No entanto, a verdade é que o PSD faria necessariamente proposta distinta. Reestruturando, renomeando e agregando diferentemente unidades nucleares e/ou divisões. A proposta que nos é presente não se apresenta desconforme e não é funcionalmente desprovida de senso, muito embora merecesse uma diferente abordagem por parte do PSD. Pelas aludidas razões, os vereadores do PSD optam pela abstenção neste ponto”.

A Vereadora Alexandra Gesta não participou na discussão e na votação da proposta. -----

**RECURSOS HUMANOS – MAPA DE PESSOAL PARA 2013 -**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “De acordo com o disposto no art. 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aquando da preparação da proposta de orçamento é também planeado o mapa de pessoal, cuja aprovação compete à Assembleia Municipal. Atendendo aos objetivos e estratégias traçados, às competências, aos recursos financeiros e às atividades que se pretende sejam desenvolvidas no decurso do ano de 2013, proponho seja submetido **à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o Mapa de Pessoal para 2013**, que se anexa”. O Mapa de Pessoal para 2013 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

A Vereadora Alexandra Gesta não participou na discussão e na votação da proposta. -----

RECURSOS HUMANOS – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DE DESPESAS COM PESSOAL – TIPO DE ENCARGOS –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “**1.** Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: i) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; ii) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham no exercício de funções; iii) Com a atribuição de prémios de

desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço. **2.** Nos termos dos artigos 46.º, 47.º, 48.º, 74.º e 75.º da referida Lei n.º 12-A/2008, em consonância com o disposto nos artigos 7.º, 8.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, compete ao órgão executivo fixar os montantes máximos com as alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho, bem como, de forma fundamentada, os respectivos universos dos cargos, carreiras e categorias onde as alterações de posicionamento remuneratório e a atribuição de prémios de desempenho podem ter lugar, com as desagregações que se entenderem necessárias. **3.** De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 7º do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, tais decisões devem ser tomadas aquando da elaboração do orçamento, sendo certo, contudo, que no que se refere ao montante previsto para recrutamento para ocupação de novos postos de trabalho, tal decisão fica condicionada à aprovação do Mapa de Pessoal para 2013 pela Assembleia Municipal. **4.** Nestes termos, propõe-se que seja aprovado o montante máximo a utilizar no ano de 2013 com os seguintes encargos: a) Recrutamento de trabalhadores necessários para ocupação de novos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2013, caso venha a ser aprovado pela Assembleia Municipal: Dotação de 172.673€ (cento e setenta e dois mil seiscientos e setenta e três euros); b) Alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho: atendendo à previsão constante da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2013, idêntica, neste caso, à que vigorou em 2011 e em 2012, não poderá o município prever qualquer ato que consubstancie uma valorização remuneratória, razão pela qual se prevê uma dotação de €0,00 (zero euros) para cada um destes encargos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG – NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 2 de fevereiro de 2012, a Câmara Municipal deliberou aprovar a designação de Isabel Maria Gouveia Baptista da Silva Carneiro, Técnica Superior (Assistente Social) da Câmara Municipal de Guimarães, para membro do Conselho de Administração da CASFIG, EEM, com funções não executivas. Através de ofício enviado no passado dia 25 de setembro, a Dr.ª Isabel Baptista apresentou a renúncia àquele cargo, alegando razões de ordem pessoal. Nesta sequência, é necessário nomear um novo membro, com funções não executivas e não remuneradas, uma vez que o Conselho de Administração da CASFIG, EEM é constituído por três membros, conforme estipulado no art.º 9º dos seus Estatutos. Propõe-se, assim, nos termos do nº 2, do art.º 6º, dos Estatutos, que a Câmara Municipal delibere designar José Leite Ferreira Lopes para membro do Conselho de Administração da CASFIG, EEM, com funções não executivas e com efeitos a partir do dia 1 de novembro de 2012, inclusive, considerando a sua vasta experiência na área social, adquirida no desempenho de funções como Chefe de Gabinete do Governador Civil e Governador Civil, e de membro de órgãos sociais de várias instituições, como o Lions Clube de Guimarães, o Centro Juvenil de S. José ou a Cooperativa Tempo Livre”. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com sete votos a favor e quatro em branco. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NO ÂMBITO DE CANDIDATURA DA AMAVE AO POPH

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal de Finanças da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), em sua reunião

de 29 de novembro de 2011, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano para 2012, no âmbito das quais se previa a comparticipação pelos municípios associados em projetos financiados pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), nos Eixos 3.4 (Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local) e 2.3. (Formações Modulares Certificadas). Tendo sido remetida, para pagamento, a fatura relativa à primeira tranche dessa comparticipação, correspondente ao montante de **€2.577,34** (dois mil quinhentos e setenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos), submete-se à aprovação da Câmara Municipal a transferência deste montante para a AMAVE". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: "O Município de Guimarães é associado, em conjunto com os Municípios de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, da associação de municípios de fins específicos "QUADRILÁTERO URBANO", que tem como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), bem como executar os projetos nele previstos, no âmbito do projeto "Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização", enquadrado na medida "Política de Cidades – Redes Urbanas para a competitividade e a Inovação", financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte, do QREN 2007-2013. Uma das obrigações dos associados, nos termos da al. c) do art.º 5.º dos Estatutos é efetuar as contribuições financeiras nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos. Estas contribuições financeiras são, nos termos do art.º 36.º dos



mesmos Estatutos, fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo, para comparticipar nas despesas correntes da gestão da associação, através de um valor definido anualmente, com pagamentos mensais, como efetivamente sucedeu através das deliberações de 06/12/2011 e 20/12/2012, respetivamente. Tal como aconteceu no ano transato, através da deliberação da Câmara Municipal de 19 de maio de 2011, é necessário que a Câmara Municipal aprove a transferência das verbas que competem ao Município de Guimarães relativas ao ano de 2012, que importam num valor mensal de €5.154,48, e num total anual de €61.853,76". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

ENTIDADES PARTICIPADAS – ENCERRAMENTO E LIQUIDAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES – O Vereador Domingos Bragança solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação dos documentos anexos, pelo que a proposta foi retirada. -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE PONTE – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Ponte, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa. Rua do Monte da Ínsua: – sentido único Norte – Sul, no troço compreendido entre a Rua de S. João Batista e a Travessa do Monte da Ínsua, perdendo prioridade no entroncamento com esta; Rua da Boavista: – sentido único Sul – Norte, nos troços compreendidos entre a Rua Eng. Margaride e a Travessa do Monte da Ínsua e a Rua Nova da Boavista e a Rua de

S. João Batista; Rua Nova da Boavista: – perde prioridade no entroncamento com a Rua da Boavista”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – CONCURSO PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO ALBERGARIA DA OLIVEIRA

– Presente a seguinte informação do Júri do concurso para concessão de exploração de estabelecimento hoteleiro Albergaria da Oliveira: “Por deliberações da Câmara Municipal de seis de setembro e quatro de outubro de dois mil e doze, foi aprovada a abertura de procedimento para **concessão de exploração do estabelecimento hoteleiro designado por Albergaria da Oliveira**, de acordo com os documentos aprovados pelas mesmas deliberações, tendo o respetivo anúncio sido publicado no Diário de Notícias de vinte de setembro de dois mil e doze e retificado por anúncio publicado no mesmo jornal, na edição de onze de outubro de dois mil e doze. O Júri designado para proceder ao acompanhamento do procedimento, aprovado pela mesma deliberação de quatro de outubro de dois mil e doze, compareceu no ato público do concurso, que se realizou no dia 23 de outubro de 2012, conforme tudo consta da ata do ato público que se anexa à presente informação. Apresentaram propostas os concorrentes a seguir identificados, com os seguintes valores: **Concorrente nº 1 – Ana Maria da Silva Cardoso** = €2.680,00; **Concorrente nº 2 – J. F. Sousa – Gestão Hoteleira, Unipessoal, Lda.** = €3.500,00; **Concorrente nº 3 – Adão Pedro Vaz Fernandes & C.ª Lda.** = €2.801,00; **Concorrente nº 4 – Alfredo José Machado Alves Pereira** = €3.555,55; **Concorrente nº 5 – Residencial Vimaranense, Lda.** = €2.000,00; **Concorrente nº 6 – Quinta**



das Condessas = €3.550,00; Concorrente nº 7 – INÉDITARCADA, Lda. = €3.250,00. Considerando o critério de adjudicação constante do ponto 9 do programa de concurso, propõe-se que a Câmara Municipal delibere adjudicar o contrato de concessão ao concorrente nº 4 - **Alfredo José Machado Alves Pereira** – por ter apresentado o valor da retribuição mensal mais elevado”. A ata do Júri do concurso dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2013 – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de outubro de 2012, que emitiu parecer favorável à escala de turnos de farmácias prevista para o concelho de Guimarães, para o ano de 2013, que se anexa. O mapa de turnos das farmácias para o ano de 2013 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS DELIBERAÇÕES DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012, 6 DE SETEMBRO DE 2012 E 20 DE SETEMBRO DE 2012 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2012 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, foi aprovado em reunião de Câmara de 22 de dezembro de 2011, com as alterações introduzidas pelas deliberações de 2 de fevereiro de 2012 e 6 e 20 de setembro de 2012, a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios dos estabelecimentos de educação e ensino do 1º ciclo,

a vigorar no ano civil de 2012. Tendo em conta o número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar, que beneficiam de almoço no corrente ano letivo, verificou-se a necessidade de proceder, nos estabelecimentos de educação e ensino, cujos refeitórios estão sob administração e gestão direta de entidades, à alteração do valor da verba atribuída para efeitos de comparticipação na alimentação. Face ao exposto, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DESTINADA À AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE APOIO AOS ALUNOS DO 1.º CEB - PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR ANO LETIVO 2012/2013 – Presente a seguinte proposta:

"O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico criado pelo Despacho 14 460/2008, de 26 Maio, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8683/2011 de 28 de Junho, visa a promoção de atividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, organizadas de acordo com o Projeto Educativo de cada um dos Agrupamentos de Escolas, com o objetivo de permitir a implementação do conceito de escola a tempo inteiro. Com base nos elementos constantes da candidatura aos apoios financeiros apresentada pelo Município e aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Programa, em 20 de setembro último, o



número total de alunos do 1.º CEB que no corrente ano letivo estão a frequentar as Atividades de Enriquecimento Curricular, é de 5815. Assim, e a fim de ser adquirido o material escolar necessário à lecionação das atividades de enriquecimento curricular definidas para o corrente ano letivo, propomos, à semelhança de anos anteriores, a transferência para os Agrupamentos de Escolas de uma verba global de €116.300,00 correspondente a €20,00/aluno/ano, a distribuir de acordo com o mapa em anexo. À Consideração Superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO –
CEDÊNCIA DE AUTOCARRO PARA VISITA DE ESTUDO –**

Presente a seguinte proposta: "O Agrupamento Vertical de Escolas de Abação solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 5, 6 e 8 de Novembro à Citânia de Briteiros. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 18 de outubro de 2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara o apoio a conceder para ratificação". **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO -
DIDÁXIS - ANO LETIVO 2012/2013 –**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Solicita-nos a Didáxis-Cooperativa de Ensino, C.R.L., estabelecimento de ensino particular com contrato de associação e paralelismo pedagógico, a

renovação do acordo camarário, a vigorar no ano letivo 2012/2013, para o transporte, em autocarros próprios, dos alunos residentes nas freguesias de Serzedelo e Guardizela e matriculados no ensino básico (6º ao 9º ano) e no ensino secundário em cursos científico-humanísticos. Face à lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que a prestação de serviço de transporte escolar daqueles alunos é urgente, imprescindível e inadiável, uma vez que: é da competência da autarquia assegurar o transporte escolar dos alunos que residam a distância superior a 3km, nos termos do artigo 2º do Decreto-lei nº 299/84 de 5 de setembro; os estabelecimentos de ensino particular, que ministrem ensino, em regime de contrato de associação e paralelismo pedagógico, a alunos do ensino oficial carecem, para o transporte desses alunos em autocarros próprios, do acordo prévio da câmara, nos termos do artigo 4º da Portaria nº 959/87 de 26 de dezembro; as despesas com este transporte (calculadas na base do valor do passe escolar/aluno e do número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres) estão previstas no Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2012/2013, aprovado em reunião de Câmara de 21 de junho e em sessão da Assembleia Municipal, de 2 de Julho de 2012 e cabimentadas na proposta nº 2506; solicita-se despacho de autorização de compromisso das despesas decorrentes da renovação do Acordo Camarário com a Didáxis para o transporte dos alunos constantes do mapa em anexo. Informa-se ainda que a despesa com este transporte implica um custo total no valor de €75.400,00, correspondendo ao período de setembro a dezembro



de 2012 o valor de €30.160,00, e ao período de janeiro a junho de 2013, o valor de €45.240,00. Mais se informa que o assunto deverá ser presente a reunião de Câmara para deliberação. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO - EXTERNATO DELFIM FERREIRA - ANO LETIVO 2012/2013 -

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Solicita-nos o Externato Delfim Ferreira, estabelecimento de ensino particular com contrato de associação e paralelismo pedagógico, a renovação do acordo camarário, a vigorar no ano letivo 2012/2013, para o transporte, em autocarros próprios, dos alunos residentes nas freguesias de Serzedelo e Guardizela e matriculados no ensino básico (6º ao 9º ano) e no ensino secundário em cursos científico-humanísticos. Face à lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que a prestação de serviço de transporte escolar daqueles alunos é urgente, imprescindível e inadiável, uma vez que: é da competência da autarquia assegurar o transporte escolar dos alunos que residam a distância superior a 3km, nos termos do artigo 2º do Decreto-lei nº 299/84 de 5 de setembro; os estabelecimentos de ensino particular, que ministrem ensino, em regime de contrato de associação e paralelismo pedagógico, a alunos do ensino oficial carecem, para o transporte desses alunos em autocarros próprios, do acordo prévio da câmara, nos termos do artigo 4º da Portaria nº 959/87 de 26 de dezembro; as despesas com este transporte (calculadas na base do valor do passe escolar/aluno e do número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos,

fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres) estão previstas no Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2012/2013, aprovado em reunião de Câmara de 21 de junho e em sessão da Assembleia Municipal, de 2 de Julho de 2012. Solicita-se despacho de autorização de compromisso das despesas decorrentes da renovação do Acordo Camarário com o Externato Delfim Ferreira para o transporte dos alunos constantes do mapa em anexo. Informa-se ainda que a despesa com este transporte implica um custo total no valor de €19.440,00, correspondendo ao período de setembro a dezembro de 2012 o valor de €7.776,00, e ao período de janeiro a junho de 2013, o valor de €11.664,00. Mais se informa que o assunto deverá ser presente a reunião de Câmara para deliberação. À consideração superior". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Pelas 10:45 horas o Vereador Domingos Bragança ausentou-se a fim de comparecer no Tribunal de Varas de Competência Mista de Guimarães para depor como testemunha abonatória no âmbito do Processo 2198/09.3TVPRT. -----

AÇÃO SOCIAL - PROTOCOLO SEALRA/SEAPI/ANMP – INTEGRAÇÃO SOCIAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA QUE SE ENCONTRAM EM CASAS ABRIGO –

Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) remeteu à Câmara Municipal de Guimarães uma solicitação no sentido de o Município de Guimarães integrar a rede de municípios que atribuem prioridade na atribuição de habitação social a mulheres vítimas de violência doméstica no momento da saída das casas abrigo. Na linha desta preocupação, a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade (SEAPI), a Secretaria de



Estado da Administração Local e Reforma Administrativa (SEALRA) e a Associação de Municípios Portugueses (ANMP) assinaram o protocolo anexo, no passado dia 29 de Agosto, com o objectivo de criar uma relação de cooperação no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica aquando da sua saída das casas abrigo. Em consequência da sua adesão, os municípios comprometem-se a: **a)** Considerar as mulheres vítimas de violência doméstica, **no momento da saída das casas abrigo**, uma tipologia prioritária no processo de avaliação para realojamento em habitação social; **b)** Avaliar a possibilidade de disponibilizar fogos do seu património para arrendamento a baixo custo às vítimas no momento da saída das casas abrigo; **c)** Esgotadas as hipóteses referidas nas alíneas anteriores, o Município deve prestar o apoio necessário às mulheres vítimas de violência doméstica integradas em casas abrigo na procura de uma habitação no mercado de arrendamento da área territorial de que é responsável. Tendo em vista que a gestão do património de habitação social está cometida à CASFIG, solicitámos parecer desta entidade sobre o interesse e a pertinência em aderir a este protocolo. Acresce que a referida empresa municipal está a ultimar uma proposta de regulamento para atribuição de habitação social, pelo que uma possível adesão do Município de Guimarães ao protocolo em apreço poderia já ser contemplada na referida proposta. Ora, o parecer remetido pela CASFIG refere que *“os problemas associados à autonomização das mulheres vítimas de violência doméstica que se encontram em regime de acolhimento em casas abrigo deve ser alvo de atenção especial. Pese embora não sejam em número elevado os casos desta natureza que recorrem à CASFIG, a verdade é que a nossa experiência nos tem ensinado que são muitas as situações de mulheres que estão*

integradas em casas de acolhimento e não têm condições financeiras para arrendar uma habitação no mercado de arrendamento particular, já que não exercem qualquer atividade profissional ou, se exercem, auferem remuneração incompatível com os valores praticados no mercado de arrendamento. Trata-se, portanto, de uma franja da população que necessita de uma rede de apoio técnico, em especial na área da habitação, com a agravante de, na maioria das situações, constituírem agregados familiares com filhos menores”, concluindo a CASFIG que “*será de todo pertinente que a Câmara Municipal de Guimarães adira ao protocolo em causa*” e esclarecendo que tal adesão não implica qualquer encargo financeiro para a autarquia nem para a CASFIG. Deste modo, proponho: 1) A adesão do Município de Guimarães ao PROTOCOLO SEALRA/SEAPI/ANMP – INTEGRAÇÃO SOCIAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA QUE SE ENCONTRAM EM CASAS ABRIGO; 2) Que a CASFIG seja solicitada a integrar os compromissos resultantes da referida adesão na proposta de regulamento para atribuição de habitação social que se encontra a ultimar”. O referido protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Num momento da vida nacional e global em que aumentam os grupos vulneráveis ou de risco é necessário divulgar, amplamente, esta adesão da Câmara Municipal de Guimarães ao protocolo sugerido pelo Governo através de duas das suas Secretarias de Estado e da ANMP, e, sensibilizar todos os intervenientes locais e nacionais para uma maior e mais eficiente coordenação entre todos. A desmotivação que leva muitas mulheres a não pedir ajuda é exatamente o receio



do dia seguinte e de um futuro incerto. Especialmente para os muitos casos silenciosos e não quantificados de mulheres que sofrem de dependência psicológica e económica, que lhes imobiliza a vontade e que as impede de iniciar os exigentes processos de autonomização, é ainda necessária e, indispensável, uma ajuda especializada. Mais do que nunca é imprescindível desenvolver uma relação de proximidade com os cidadãos e comunidades locais, porque só por essa via se consegue monitorizar com fiabilidade as necessidades e vulnerabilidades que atingem muitos dos nossos concidadãos e, desse modo, combater mais eficazmente os fenómenos criminais que ocorrem fora do olhar do público e, por isso, são mais difíceis de prevenir e combater. A segurança duma comunidade passa igualmente pelo conhecimento dos mecanismos e recursos que lhe são disponibilizados e pela confiança de que os mesmos funcionam. Neste campo ainda há muito a fazer, porque ainda não dispomos de respostas para todo o tipo de situações e, nem todas podem ser tratadas da mesma maneira. O acesso a uma habitação é sem dúvida um passo importante e que nos honra votar favoravelmente. Este bem está hoje na preocupação de todos, porque temos consciência de que ele é difícil de manter e, pior ainda, para muitos que o perdem é ainda mais difícil obter uma alternativa no mercado normal de arrendamento, o que tem levado à procura de soluções junto do mercado social de habitação, como recentemente veio a público na comunicação social. A dependência económica, em muitos dos casos que não são sinalizados, não é só do cônjuge, mas é frequentemente, em alguns grupos sociais, dependência e compromisso com instâncias financeiras com quem as mulheres isoladamente, nas circunstâncias de violência doméstica, têm dificuldade em negociar. Este é um dos motivos, entre muitos, que

impede que a proteção seja célere e eficaz conforme a vontade expressa no texto da Lei nº 112/ 2009 e, agrada-nos de forma especial saber que a CASFIG prepara a adaptação do Regulamento que irá permitir que, alguns destes casos, tenham não uma, mas várias alternativas de aceder a uma nova habitação longe do agressor. E, mesmo aqui, as soluções não podem ser únicas, porque as vítimas e seus filhos devem ter o direito de retomar o seu meio de origem e a sua rede natural de apoio e não serem ainda mais vitimizadas ao terem que sair da sua casa e serem privadas do seu meio. Embora os números das denúncias no nosso concelho não sejam alarmantes muitos estudos apontam que a nível mundial as taxas de mulheres que são silenciadas pela violência doméstica e psicológica são mais elevadas do que as que denunciam, embora em ambos os casos partilhem o mesmo perfil de sentimento de culpa e de baixa auto estima. O direito à proteção por parte da vítima passa também por uma atuação mais célere e eficaz com o agressor o que já não depende diretamente da autarquia e dos seus serviços. A violência doméstica é inaceitável, em qualquer das suas manifestações, pelo que nunca é demais o nosso empenhamento na sua denúncia e no seu combate". -----

CULTURA - APOIOS A PRESTAR PELO MUNICÍPIO À EDIÇÃO DE 2012 DAS FESTAS NICOLINAS – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "Na sequência do pedido formulado pela Comissão de Festas Nicolinas 2012, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição dos seguintes apoios financeiros e logísticos, considerados essenciais à realização da próxima edição das Festas Nicolinas, como habitualmente de 29 de Novembro a 7 de Dezembro. Apoios financeiros: - Subsídio no montante de



€2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 12 de abril de 2012, e destinado a despesas globais incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos; Outros apoios: - Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães, composto por um conjunto obras bibliográficas existentes na Biblioteca Municipal Raul Brandão, a atribuir à Escola que frequentam os estudantes que integram o melhor carro do cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001; - Cedência de uma escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro; - Cedência de 2 viaturas para o cortejo das Maçãzinhas, em horário a combinar com os serviços; - Condicionamento de trânsito e estacionamento no percurso do Cortejo do Pinheiro a definir em articulação com o calendário das obras de requalificação do centro da Cidade em curso; - Oferta de camélias para decorar as capas e as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas; - Isenção de taxas para obtenção de licenças, de ruído e recinto”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA – APOIO À REALIZAÇÃO DE UM ESPETÁCULO PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE MÚSICA E ARTES DO ESPETÁCULO –

Presente a seguinte proposta: “A Associação de Estudantes da Escola Superior de Música e Artes de Espetáculo solicitou à Câmara apoio técnico para a realização de um espetáculo que se realizou no passado dia 20 de Outubro no Convento das Domínicas. Considerando os objetivos culturais do evento, e dado os apoios solicitados não envolverem encargos diretos para o Município, proferi um despacho que coloco à ratificação da Câmara Municipal, contemplando os seguintes apoios: Instalação elétrica com potência de 41,4 KVA no local, com os encargos de consumo

a serem custeados pela instituição requerente; Cedência de uma equipa de jardinagem para limpeza do terreno onde decorreu o evento. Empréstimo de gradeamento para a criação de espaços de segurança no recinto". **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) –

ANO DE 2012 – Presente a seguinte proposta: "Nos termos do disposto no nº 13 do art.º. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando as dificuldades que famílias e empresas vão enfrentar em 2013, e pese embora o risco para a sustentabilidade do orçamento municipal associado a esta medida, proponho, nos termos dos nºs 1 e 5 do art.º 112º do CIMI, com as alterações introduzidas pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro, que sejam fixadas as seguintes taxas para liquidação daquele imposto: a) - Prédios urbanos = 0,7 %. b) - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI = 0,375 %. Esta proposta de taxas representa uma redução de 25% face ao máximo permitido por lei, ficando as taxas propostas próximas do limite inferior".

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No ano transato os vereadores do PSD abstiveram-se na proposta do Município de Guimarães de Plano e Orçamento, bem como na generalidade dos impostos municipais propostos, sentido de voto que teve essencialmente em consideração o ano absolutamente



excecional que seria para Guimarães o ano 2012, com a responsabilidade da organização da Capital Europeia da Cultura. No entanto, mesmo no último, ano de excecional consenso político em torno dos instrumentos necessários para a execução da estratégia definida pela Câmara para a CEC/2012, os vereadores do PSD votaram contra a proposta de IMI. Dizíamos então: *"... continuamos a considerar que de entre os impostos municipais, o IMI deveria merecer uma especial atenção do Município, pois que se trata de um imposto cujas receitas globais têm sido crescentes em termos de importância relativa, e que tem maior impacto junto das famílias, pelo que, mantemos que consideramos dever ter lugar um ajustamento no IMI proposto para 2012, tal como defendemos para 2011."* Ao longo de vários anos e mesmo antes do corrente mandato que os vereadores do PSD se têm batido sucessivamente, ano após ano, por uma descida das taxas aplicáveis ao IMI, apresentando para o efeito diversas propostas alternativas e pugnando sempre por uma não descida das receitas provenientes do IMI, designadamente propondo uma média de tributação do triénio antecedente. Ao longo de todos estes anos o executivo socialista tem recusado sucessivamente, ano após ano, as propostas de descida da taxa de IMI apresentadas pelos vereadores do PSD. Inclusivamente qualificando de irresponsável uma tal proposta. Ora, tratando-se do ano imediatamente anterior ao próximo ato eleitoral autárquico e de forma não surpreendente, propõe agora, o executivo socialista, uma descida, por si qualificada de irresponsável, da taxa de IMI aplicável aos prédios reavaliados nos termos do CIMI. Em bom rigor, não se trata de uma descida com vista a favorecer os cidadãos, mas sim com vista a agradar os eleitores. Aliás, diga-se pela importância: Por um lado, a descida do IMI para os prédios reavaliados é, podemos

dizê-lo, o mínimo que poderia o Município fazer. Se o valor dos prédios, por força dessa avaliação, vai subir exponencialmente, também o valor das taxas se deve ajustar e adaptar. E por isso, mesmo nesse cenário, a descida proposta é uma descida modesta, trata-se de uma descida de 6,25% da taxa quanto aos prédios reavaliados, sendo que as reavaliações estão a implicar aumentos médios da ordem dos 20%, aliás, basta para isso ver as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, nos termos das quais se prevê, em sede de IMI, um aumento da receita da ordem dos € 1,4 milhões face a 2012, o que não deixa de poder se considerado estranho num ano em que se reduz a taxa, mas ainda assim, demonstrativo do que vimos dizendo que é que a Câmara sob a aparência de estar a reduzir taxas, continua a aumentar fortemente as receitas provindas de impostos municipais. Por outro lado, Guimarães continua, ainda assim, a praticar taxas de IMI para prédios reavaliados superiores a concelhos vizinhos, pelo que a vertente de competitividade fiscal permanece sem estar devidamente acautelada. Por outro lado ainda, a Câmara abdica de especificar diferentes componentes deste impostos, abdica de fazer política com este imposto, usando-o tão somente como meio de arrecadação de receita. Não obstante e por se tratar, ainda assim, de uma descida tal como vem sendo pugnado pelo PSD ao longo de todos estes anos, o sentido de voto dos vereadores do PSD será o da abstenção". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que estabelece os valores das taxas para liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), atendendo às seguintes razões: A proposta de taxa de 0,375% nos prédios



urbanos avaliados nos termos do CIMI representa uma redução de 25% dos valores que eram possíveis arrecadar se a opção fosse a taxa máxima de 0,5%. Representa uma opção muito consciente das imensas dificuldades que os proprietários dos prédios situados no nosso Município, nomeadamente os que vivem em habitação própria, sentem na situação económica atual, e uma grande prudência em relação à incerteza que paira sobre a execução da cobrança deste imposto, após as avaliações em curso. Há imensas dúvidas sobre se o processo de avaliação vai ser concluído, apesar do grande esforço que a Câmara está a realizar, colocando no terreno cerca de vinte elementos dos nossos quadros. A cobrança de 2012 está atrasada, o que nos causa imensas preocupações. O IMI é, porém, a receita fundamental para a vitalidade económica do Município, qualquer variação de uma centésima percentual tem efeitos na receita a cobrar de centenas de milhares de euros, pelo que se justifica toda a prudência assumida. Acresce que em Guimarães, por razões constantes da lei em vigor, a receita municipal deste imposto sofre uma redução significativa que não nos permite ir tão longe quanto desejaríamos". -----

DIVERSOS - DERRAMA SOBRE A COLECTA DE 2012 (A COBRAR EM 2013) – Presente a seguinte proposta: "Nos termos do disposto nos nºs 1 e 4 do art.º 14º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2012 a cobrar em 2013 para financiar investimentos, nomeadamente, na regeneração económica do concelho: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1 % sobre o lucro tributável

sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000". **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No ano transato os vereadores do PSD abstiveram-se na proposta do Município de Guimarães quanto à Derrama sobre a coleta em IRC no ano 2012 (a cobrar em 2013), sentido de voto que teve essencialmente em consideração o ano absolutamente excecional que seria para Guimarães o ano 2012, com a responsabilidade da organização da Capital Europeia da Cultura. Neste que é o primeiro ano pós-CEC, impõe-se uma nova ponderação da política fiscal do Município. No passado, a Câmara Municipal de Guimarães propunha que a taxa da Derrama para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os € 150.000,00 fosse fixada pelo máximo permitido por lei, isto é, 1,5% e uma taxa reduzida de 1,25% para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos € 150.000,00. O PSD tem proposto, ao longo de todo o mandato, uma Derrama transversal de 1,20%, porque competitiva face ao que é praticado nos municípios vizinhos. Para o próximo exercício, propõe-nos a Câmara a manutenção da taxa da Derrama máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os € 150.000,00 isto é, **1,5%**, e uma taxa reduzida de **1%** para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos € 150.000,00. Esta alteração na taxa mínima determinada no concelho de Guimarães conduz, por si só, a que os vereadores do PSD optem pela **abstenção** neste ponto. No entanto, na esteira daquilo que vem sendo a posição defendida



pelo PSD nos últimos anos, mantemos que a taxa aplicável à Derrama deve atender, essencialmente, ao seguinte: À circunstância de o concelho de Guimarães ser um concelho fortemente industrializado, o que faz com que a economia local e regional, e consequentemente a empregabilidade assegurada no nosso concelho, esteja assente de modo significativo neste sector; Ao conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois que nos preocupa a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a concelhos que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente; Ao momento de crise transversal que atravessamos, que afecta de forma particularmente penosa as empresas, que são os principais garantes da empregabilidade do nosso concelho; sendo esta claramente uma das medidas locais com impacto potencial no desemprego que podem, e acrescentaríamos devem, ser tomadas, porque sem empresas não há emprego, e é com base neste raciocínio que devemos abordar a Derrama". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de lançamento da derrama para financiar investimentos na regeneração económica do Concelho, com taxas muito reduzidas de 1% e 1,5%, porque não é possível ao Município prescindir desta receita municipal, ainda que em valores pouco significativos devido à atual conjuntura. Registe-se porém que a derrama a cobrar incide apenas sobre os lucros tributáveis, só tendo incidência nas empresas que, apesar do momento que vivemos, ainda continuam lucrativas". -----

DIVERSOS - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “Considerando o disposto no nº 1 do art. 20º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que seja fixada uma taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial”. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “No ano transato os vereadores do PSD abstiveram-se na proposta do Município de Guimarães quanto à participação variável em sede de IRS (flexibilidade concedida às Câmaras de definirem a taxa até 5%), sentido de voto que teve exclusivamente em consideração o ano absolutamente excecional que seria para Guimarães o ano 2012, com a responsabilidade da organização da Capital Europeia da Cultura. Neste que é o primeiro ano pós-CEC, cremos que faz todo o sentido “repescar” propostas efetuadas pelo PSD no passado. Essencialmente e em sede de IRS, a lei ao atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de definirem a taxa até 5%, isto é, ao lhes conferir a possibilidade de fazerem os seus concidadãos pagar até menos 5% de IRS do que os habitantes de outros concelhos, deu um instrumento de política fiscal para poder ser utilizado pelos governantes municipais para atracção de população ou para evitar a sua fuga, e ainda de estímulo ao aumento do poder de compra no território concelhio. Naturalmente que uma redução desta taxa implica a consequente e proporcional perda de receitas do município, pelo que a opção que há a fazer é até extremamente simples. Os dados demográficos recentes demonstraram o



concelho de Guimarães a perder população, em contraciclo com os seus vizinhos mais próximos que aumentaram em população e substancialmente. Naquela que sempre foi a opinião manifestada pelo PSD, o objectivo da fixação de residentes, e essencialmente de atração de quadros e pessoal qualificado em geral, são objectivos que devem ser elevados à categoria de prioritários. Guimarães deve criar condições de atratividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. Por outro lado, consideramos que políticas fiscais de incentivo a um aumento de poder de compra dos nossos concidadãos é uma obrigação dos governantes municipais, particularmente num concelho como o de Guimarães onde o poder de compra é dos mais reduzidos. Para estes objetivos, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos Vimaraneses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, de fomento à migração e instalação de novas famílias no nosso concelho, e de estímulo ao aumento do poder de compra. Razão pela qual, os vereadores do PSD votam **contra** esta proposta". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de fixação da taxa de 5% na participação do Município no IRS dos contribuintes com domicílio fiscal no Município, também, pela necessidade de angariar a necessária receita municipal, com a consciência clara que este imposto pela sua progressividade é aquele que menos afeta os titulares de menores rendimentos, pelo que qualquer redução da taxa diminuiria muito gravemente a receita a obter e só beneficiaria os que mais podem pagar". -----

DIVERSOS – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO

– Presente uma proposta apresentada pelos Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima tendo em vista a elaboração de um Regulamento que organize o modo de implementação do “Orçamento Participativo” no Município de Guimarães, sendo considerada a percentagem de 5% do orçamento municipal para investimento como a percentagem a afetar aos projetos sugeridos e decididos pelos cidadãos, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O PSD, através do seu grupo parlamentar na última Assembleia Municipal e pela voz do deputado José Couceiro da Costa, apresentou a sugestão política de elaboração de um Orçamento Participativo para o Município de Guimarães. Dando a devida sequência e pugnando pela consequência política das sugestões avançadas, os vereadores do PSD prontamente submeteram uma proposta formal, na reunião de Câmara de 18.10.2012, para apreciação pelo órgão Câmara Municipal da proposta de Orçamento Participativo para o Município de Guimarães. É essa proposta que hoje vem a votação. Proposta na qual, não apenas avançamos formalmente com a ideia apresentada em sede de Assembleia Municipal, como ainda, avançávamos desde logo com uma proposta de percentagem a atribuir à parte dedicada ao Orçamento Participativo: 5%. É essa a proposta que hoje vem a votação, pelo que, naturalmente, os vereadores do PSD votam



favoravelmente da presente proposta". -----

DIVERSOS - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - CARTA DE PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GUIMARÃES - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO - I EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GUIMARÃES – Presente a

seguinte proposta: "Considerando que: 1 – O Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade; 2 – A concretização de um projeto como o Orçamento Participativo contribui para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorar a qualidade de vida das populações, promover o exercício da cidadania informada, ativa e responsável; 3 – O Orçamento Participativo incentiva o diálogo entre os eleitos e as populações, responsabiliza os governantes, potencia a transparência das decisões e contribui para reforçar a credibilidade das instituições públicas e a qualidade da democracia; 4 – São conhecidas as experiências de outros Orçamentos Participativos, nomeadamente os primeiros, realizados em Porto Alegre, Brasil, mas também os mais recentes, noutros países da América do Sul mas sobretudo na Europa e, sobretudo, as experiências nacionais mais recentes em Municípios de diferentes dimensões como são S. Brás de Alportel, Odemira, Cascais ou Lisboa; 5 – Que cada uma dessas experiências, com as suas singularidades, permite também reter uma imagem da evolução do processo, uma consciência absoluta das dificuldades na sua implementação mas uma certeza quanto à aportação positiva desta metodologia na qualidade da governação; Considerando também que: 6 – A Câmara Municipal de Guimarães

considera essencial o envolvimento dos cidadãos do Município na identificação, validação e concretização das prioridades para a gestão da autarquia, tendo nos últimos anos fomentado o debate público dos instrumentos de gestão do território ou sobre questões fundamentais para a governação do Município iniciando, assim, um caminho de incentivo à participação cívica na governação pública; 7 – O Orçamento Participativo deve ser um processo contínuo que permita acolher as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades da população do concelho de Guimarães, uma população assimétrica em termos económicos, sociais, habilitacionais e no acesso às novas tecnologias da informação; 8 – A metodologia definida para esta primeira edição não deve representar um modelo consolidado, formalizado em excesso, na medida em que as experiências conhecidas aconselham a definição progressiva dos modelos adoptados por cada autarquia, de uma forma discutida e publicitada para incentivar, de forma pedagógica, a intervenção da própria sociedade civil na definição das regras; 9 - A difícil conjuntura económica e financeira de Portugal e da Europa que tem vindo a prejudicar a capacidade de investimento dos Municípios, obriga a Câmara Municipal a fazer um esforço de contenção e gestão dos recursos disponíveis de cada projeto em curso; Considerando por fim que: 10 – O Orçamento Participativo de Guimarães deve ter como base estrutural um conjunto de Princípios de atuação que tendencialmente sobrevivam ao passar dos anos e ao multiplicar de edições, servindo mais como referência do que como regulamento fechado; 11 – O Orçamento Participativo de Guimarães, sobretudo nesta primeira edição, deve contar com um conjunto normativo mais pormenorizado que dê



conteúdo prático a uma Carta de Princípios mais estruturante, identificando procedimentos, definindo datas, apontando para soluções que se adequem a um processo que será aplicado, pela primeira vez, no território do nosso concelho; 12 – O Orçamento Participativo de Guimarães deve dar uma mensagem forte em termos de disponibilização orçamental por parte da autarquia, sublinhando, nesta primeira eleição, aquelas áreas de atuação camarária que mais tenderão a beneficiar com o contributo dos cidadãos e, sobretudo, que carecem de uma atenção permanente do investimento municipal. Nestes termos, temos a honra de propor, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal delibere: 1 – Aprovar a realização da I Edição do Orçamento Participativo de Guimarães 2013, cujo ciclo se inicia no dia 1 de Março e termina no dia 30 de Junho de 2013; 2 – Aprovar o valor global de 1 milhão de euros para afectar ao Orçamento Participativo de Guimarães 2013, distribuído de acordo com as Normas de Participação que deverão ser aprovadas para esta primeira edição; 3 – Aprovar a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Guimarães, nos termos do documento anexo e que faz parte integrante da presente proposta; 4 – Aprovar as Normas de Participação da I edição do Orçamento Participativo de Guimarães 2013, nos termos do documento anexo que faz parte integrante da presente proposta”. A Carta de Princípios e as Normas de Participação da I Edição do Orçamento Participativo de Guimarães 2013 dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Tal como referido no ponto antecedente, o PSD, através do seu grupo parlamentar na última Assembleia Municipal e pela voz do deputado José Couceiro da Costa, apresentou a sugestão política de elaboração de um Orçamento Participativo para o Município de Guimarães. Dando a devida sequência e pugnando pela consequência política das sugestões avançadas, os vereadores do PSD prontamente submeteram uma proposta formal, na reunião de Câmara de 18.10.2012, para apreciação pelo órgão Câmara Municipal da proposta de Orçamento Participativo para o Município de Guimarães, na reunião subsequente. Eis que chegamos à reunião subsequente, e, para além da proposta de Orçamento Participativo avançada pelo PSD, é-nos presente uma nova e inovadora proposta de Orçamento Participativo, desta feita apresentada pelo PS. Isto chega a se anedótico. Esteve-se anos a fio sem se decidir ou pretender avançar com uma tal iniciativa, agora, o PSD trouxe o assunto à Assembleia Municipal, e apresentou em consequência uma proposta para ser apreciada pela reunião de Câmara, e eis que o executivo socialista apresenta também a sua proposta de Orçamento Participativo. Ou seja, vamos votar dois Orçamentos Participativos na mesma reunião de Câmara. Seria de facto risível e anedótico se não fosse triste. A absoluta incapacidade em aceitar propostas vindas de outros partidos, a falta de humildade e de sentido de Estado de não se permitir aceitar propostas dos partidos da oposição, é a demonstração acabada da falta de sentido democrático deste executivo socialista, e como tal, do seu esgotamento face aos novos tempos. Qual menino mimado que quer o brinquedo só para si.... Mas o PSD, que não entra neste jogo mesquinho de pequena



política, dá o exemplo. Se foi o PSD quem sugeriu a adoção de um Orçamento Participativo em Guimarães, não podem os vereadores do PSD, em consciência, votar de outra forma que não seja **favoravelmente**. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de consagração do instrumento Orçamento Participativo no Município de Guimarães, pelas razões constantes do texto da proposta, e atendendo a: As experiências verificadas em outros Municípios, de diferentes dimensões, aconselham a sua aplicação como forma de envolvimento dos munícipes na vida pública local. A proposta apresentada é cautelosa, dada a sua novidade e a necessidade de ser testada no terreno, o que irá permitir, em anos futuros, se justificar a sua continuidade, as alterações que se vierem a revelar necessárias. O valor global de um milhão de euros permitirá a aprovação de vinte ou mais projetos, o que representará uma participação pública diferenciada significativa. O estabelecimento do valor de 50 000 euros como limite máximo dos encargos de cada projeto aprovado tem como objetivo que os projetos aprovados sejam exequíveis com alguma proximidade temporal à sua aprovação, o que seria mais difícil se fossem consagrados projetos de elevado investimento com dificuldades de procedimentos. Nestes termos, parecem-nos adequados os princípios constantes da proposta aprovada". -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2013 – Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento da

Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DO PPI, PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DE 2013 –

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal, para melhor e mais eficazmente executar as atividades e ações previstas no Plano Plurianual de Investimentos, no Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013, propõe, nos termos da alínea a), do nº 6, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com os nºs 2 a 4 do art.º 53º do mesmo diploma legal, apresentar à Assembleia Municipal os seguintes pedidos de autorização para serem apreciados e votados na sessão que aprovar aquele documento: **1 – Empréstimos** – Autorização expressa para que a Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor, promova a negociação tendo em vista a contratação dos financiamentos que considerar necessários para a execução das seguintes operações: **a) - Tesouraria** – Autorização para a contratação de empréstimos de curto prazo necessários à cobertura, em tempo, de dificuldades financeiras, até ao limite previsto na lei (artigos 35º e seguintes da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro). **b) - Médio e Longo Prazo** - No âmbito das linhas de crédito CGD/BEI (Caixa Geral de Depósitos/Banco Europeu de Investimentos); No complemento de financiamento de projetos integrados, propostos pela Câmara aos Programas Comunitários;



Em quaisquer outros financiamentos que se mostrem imprescindíveis à concretização do Plano e Orçamento de 2013. **c)**

- Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) – Autorização para a contratação de empréstimos de médio e longo prazos por parte da AMAVE, na proporção correspondente ao Município de Guimarães. **2 – Delegação de competências:**

2.1 - Nas Juntas de Freguesia – Autorização para que as Juntas de Freguesia possam praticar atos de competência da Câmara Municipal, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que delegados por esta. **2.2 - Nas Entidades Empresariais Locais** – Autorização para que estas entidades possam assumir competências atribuídas, por lei, ao Município, designadamente através de celebração de contratos de gestão ou contratos programa, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que tais competências sejam compatíveis com os respectivos objetos sociais estatutários e mereçam aprovação por parte da Câmara Municipal. **2.3 – Na Câmara Municipal - Alienação / oneração de prédios** – Autorização para alienação ou oneração dos prédios rústicos ou urbanos, propriedade do Município de Guimarães, que se encontrem ou venham a estar desocupados ou devolutos, e cuja alienação ou oneração se traduza em benefícios de cariz social, cultural ou económico para o Município, sendo obrigatoriamente aprovados pela Câmara Municipal os regulamentos respeitantes aos correspondentes procedimentos legais (hasta pública ou outra modalidade prevista na lei)”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar a seguinte proposta que não constava da ordem do dia: -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO DE CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – LOTE 1 – ALTERAÇÃO AO CONTRATO –

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Sistemas de Informação: “O Município de Guimarães celebrou com a KONICA MINOLTA BUSSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, UNIPessoal, LDA, no passado dia 23 de janeiro de 2012, um contrato de aquisição de serviços na sequência do concurso público identificado em assunto. No n.º 6 da cláusula 4.ª do caderno de encargos do procedimento previa-se que *“de modo a responder a situações imprevistas e futuras necessidade do Município de Guimarães, o adjudicatário do lote 1 compromete-se, durante o primeiro ano de vigência do contrato, a aceitar um aumento de 25% dos equipamentos a alugar, com características técnicas iguais ou superiores às previstas nos n.º 1 a 3 da presente cláusula, sem alteração dos valores unitários de adjudicação dos equipamentos e da cópia e impressão”*. Verificou-se, entretanto, haver necessidade de dotar mais serviços de equipamentos de cópia, impressão e digitalização, designadamente os seguintes: - Gabinete de Apoio à Presidência; - Posto de Turismo da Praça de Santiago; - Espaço internet do Gabinete de Imprensa, na Praça de Santiago; - Espaço internet do Centro Cultural Vila Flor; - Canil/Gatil; - Biblioteca Municipal Raul Brandão; - Polo da Biblioteca de Pevidém; - Polo da Biblioteca de Caldas das Taipas. Para este efeito serão necessários 4 equipamentos Konica C35 e 4 equipamentos Konica C220. Os valores em causa nesta alteração serão idênticos aos que já são praticados no âmbito daquele procedimento, quer quanto à renda



mensal, quer quanto aos custos por cópia, que são de €0,0049 para o preto e de €0,045 para a cor. Face ao exposto foi notificada a empresa para, ao abrigo do disposto na al. b) do art.º 312.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, se manifestar quanto à intenção desta autarquia de proceder à modificação do contrato celebrado em 23 de janeiro de 2012, nos termos e condições supra expostas. Em resposta a KONICA comunicou que nada tem a opor quanto à alteração do contrato, informando que disponibilizará para esse efeito os seguintes equipamentos: 4 Konica Bizhub C35; 4 Konica Bizhub C224+DF+DK; 2 x Licenças Ysoft. O valor da renda mensal é de € 364,00, e pelas restantes 50 rendas é de €18.200,00 (dezoito mil e duzentos euros). Mais solicita que o Município a autorize, como já aconteceu com o contrato anterior, a proceder à cessão da posição do presente aditamento a favor do BNP Paribas Lease Group. Tratando-se de uma alteração a um contrato cujo órgão com competência para a decisão de contratar no procedimento inicial foi o Presidente da Câmara, deverá esta alteração ao contrato ser igualmente aprovada por despacho do Presidente da Câmara. Considerando, ainda, que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve ainda a despesa que resulta desta alteração ao contrato ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a seguinte repartição de encargos: Para o ano de 2012 – €364,00; Para o ano de 2013 – €4.368,00; Para o ano de 2014 - €4.368,00; Para o ano de 2015 - €4.368,00; Para o ano de 2016 - €4.368,00; Para o ano de 2017 - €364,00". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE

APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE
LAVROU A PRESENTE ATA. -----